

Taxa por captar água vai ser votada

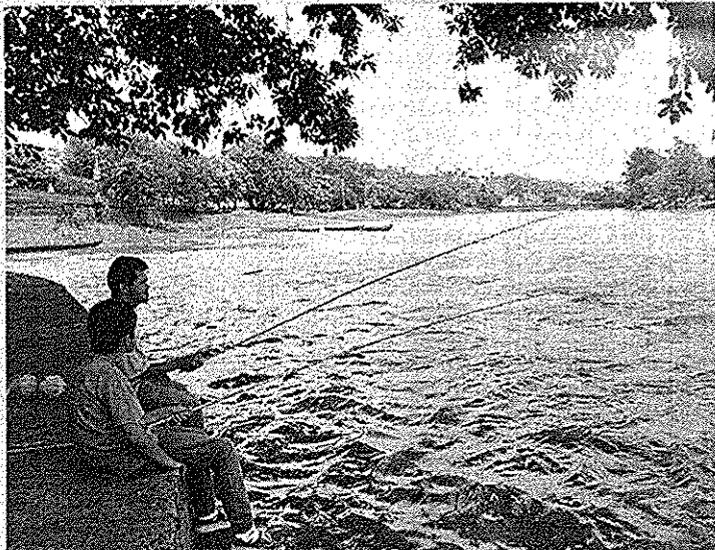
A água é um recurso natural precioso, que deve ficar mais caro no Brasil, principalmente para os grandes consumidores. O Governo Federal e os Estados estão estudando a cobrança de uma taxa de quem captar água de rios e aquíferos. Até hoje, na maior parte do País, não há custos para quem quiser usar recursos hídricos. Em São Paulo, um projeto de lei de 2000 está em tramitação na Assembléia Legislativa e pode, em breve, instituir a nova taxa.

O projeto 676/2000, que propõe a criação de tarifas para a captação de água, foi encaminhado à Assembléia pelo ex-governador Mário Covas e está em processo de discussão em plenário. Em algumas semanas, este processo estará concluído e o projeto pode entrar na pauta de votação. Se aprovado, indústrias, agricultores e prestadores de serviços – inclusive empresas que fornecem água para as residências – passam a desembolsar sempre que retirarem água de rios e fontes. “A idéia é fazer com que os grandes consumidores paguem pela água que usam em seus negócios”, explica o deputado estadual Ricardo Tripoli (PSDB), ex-secretário estadual do Meio Ambiente.

De acordo com o projeto, a captação seria taxada no máximo em R\$ 0,01 por m³ de água. Esse valor somente teria impacto sobre a conta de empresas com consumo muito elevado. O dinheiro arrecadado com a cobrança seria destinado a um fundo, e depois seria repassado a um dos comitês de bacias, compostos por especialistas e representantes dos municípios das regiões envolvidas.

Cada comitê ficaria responsável por uma bacia hidrográfica e poderia decidir a melhor aplicação dos recursos. “O dinheiro será gasto para a recuperação de mananciais, por exemplo”, afirma o deputado Duarte Nogueira (PSDB).

Dentro da Assembléia, o projeto tem apoio também da oposição. “A cobrança tem como obje-



Waldemar Padovani - Arquivo/AF

Rios paulistas, como o Piracicaba, teriam benefícios com tarifa

tivo coibir a poluição e estimular a economia de água, que chega a ser escassa em algumas regiões”, diz o deputado Carlinhos de Almeida (PT).

Durante a tramitação, a proposta original recebeu quase 30 emendas, que serão discutidas, mas que não a alteram profundamente. “O projeto foi muito discutido e está bem amarrado”, garante Almeida.

Ambientalistas apoiam projeto

A elaboração da proposta de cobrança pelo uso dos recursos hídricos foi longamente discutida entre o Governo do Estado e entidades ambientalistas. Elas fazem parte dos comitês que, na prática, vão estipular os parâmetros para o funcionamento da lei. Cada comitê terá autonomia para decidir o custo da água (dentro do limite imposto pelo projeto) e como será feita a cobrança.

“A arrecadação não é feita pelo quanto uma empresa polui, mas quem polui mais pode acabar pagando mais para usar a água”, comenta Rubens Born, coordenador executivo do Instituto Vitae Civilis, que participa

de um comitê de preservação. Segundo Born, o projeto foi feito com base no conceito de usuário-pagador, ou seja, quem usa um recurso natural deve se responsabilizar por sua manutenção.

O ambientalista Carlos Bocuhy concorda que as leis que taxam a água colaboram para a diminuição do desperdício e da poluição. “Mas é importante que haja uma política pública de conscientização para um melhor aproveitamento dos recursos naturais”, complementa.

Exemplo vem do Ceará

O primeiro Estado brasileiro a cobrar pela captação de água foi o Ceará. Desde 1996 há uma lei estadual que garante a arrecadação – que deve chegar a R\$ 12 milhões neste ano – com a taxa sobre recursos hídricos. O Rio Grande do Sul também tem uma lei semelhante, mas a cobrança só deve começar em 2004.

O Governo Federal deve começar a cobrar ainda neste ano pelas águas do rio Paraíba do Sul. A previsão é que se arrecade R\$ 14 milhões apenas das indústrias e empresas de saneamento da região do Vale do Paraíba.